

série.B

APOSTILA

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

ARAÇUAÍ - MI GERAIS

série.B

APOSTILA.2

~~58~~

1965

CONDICIONANTES
EDUCAÇÃO
BRASILEIRA

MEB |

INTRODUÇÃO

Atualmente, começa-se a tomar consciência de que grande número de brasileiros não participam da vida do país. Os agentes desta tomada de consciência não são apenas alguns representantes das elites - mais ou menos privilegiadas, mais ou menos pressionadas - mas também setores da população desfavorecida ainda não suficientemente amplos. Esta população acorda para sua capacidade de criar novas oportunidades, possíveis dentro da situação econômica e social.

Hoje, do ponto-de-vista social, a educação deverá ser instrumento de autoconscientização desse grande contingente humano, marginal ainda. A educação deverá ajudá-lo a desenvolver-se e integrar-se na comunidade nacional, trazendo para ela as riquezas tanto individuais como de grupos.

A educação, no Brasil, só será democrática se aberta a todos, a todo o povo. Mas que se exige de uma educação que se quer aberta para o povo, realmente para o povo? Exige-se que ela sirva a todos e não apenas a esta ou aquela classe, a estes ou a aqueles interesses. Exige-se que ela seja flexível e responda às necessidades e exigências dos grandes setores sociais emergentes à vida nacional. À escola, como instrumento de democratização da cultura, caberá não apenas orientar o povo que a procura; democratizada, sua função será mais importante; representar o povo, integrando-o na sociedade, não para que ele se torne consumidor passivo de uma cultura que não fez, mas para que seja transformador e criador de cultura. Vários fatos (a evasão escolar, o número crescente dos que buscam ensino e não conseguem matrícula) mostram que estamos longe de uma educação democratizada.

Diante da complexidade de nossos problemas educacionais, é importante que se tenha não só planos setoriais, mas um planejamento global e articulado de política educacional. Tal planejamento, para ser concreto e eficiente, deve levar em consideração, de início, certos condicionantes que definem a realidade de nosso país. Condicionantes: demográficos, econômicos, sociais, culturais.

CONDICIONANTES DEMOGRÁFICOS

"O nosso retardamento em atender ao mínimo de necessidades escolares brasileiras pode ser assim caracterizado:

1. No ensino primário educamos apenas com quatro séries de ensino primário 30 por cento dos alunos de 12 a 13 anos, ou sejam, 600.000 escolares, dos quais somente 300.000 continuam os estudos e 300.000 podem se integrar na massa dos trabalhadores não qualificados. Deveríamos escolarizar, até a quarta série primária, pelo menos dois milhões de alunos.

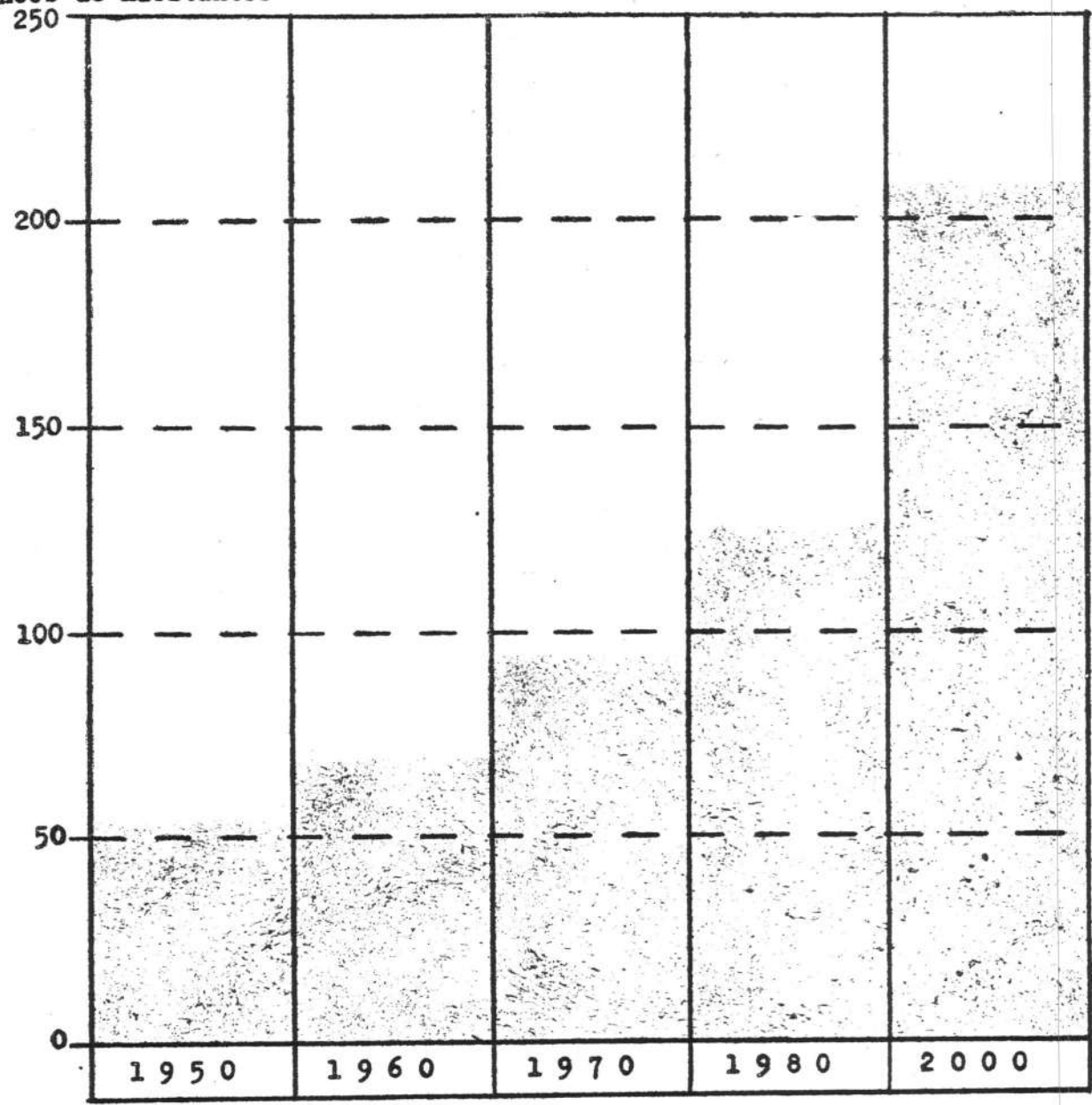
2. No ensino médio, primeiro ciclo, educamos por ano apenas cerca de 120 mil adolescentes, correspondendo a 8 por cento do grupo de 15 anos; e no segundo ciclo, 60 mil adolescentes, correspondendo a 4 por cento do grupo de 18 anos. Deveríamos ter como concluintes do primeiro 720 mil alunos e do segundo ciclo 300 mil alunos.

3. No ensino superior, temos cerca de 100 mil alunos matriculados e diplomados, em 1960, aproximadamente 17 mil, ou seja, pouco mais de 0,2 por mil habitantes. A proporção de matrícula no ensino superior para que o Brasil ocupasse lugar equivalente ao da Argentina e do Uruguai seria de 9 por cento da população de 20 a 25 anos, ou sejam, seis milhões de jovens, o que significaria uma matrícula de 540.000 alunos, o que corresponderia a quintuplicar os efetivos atuais (1).

Por outro lado, o Brasil é um dos países de maior crescimento demográfico do mundo."

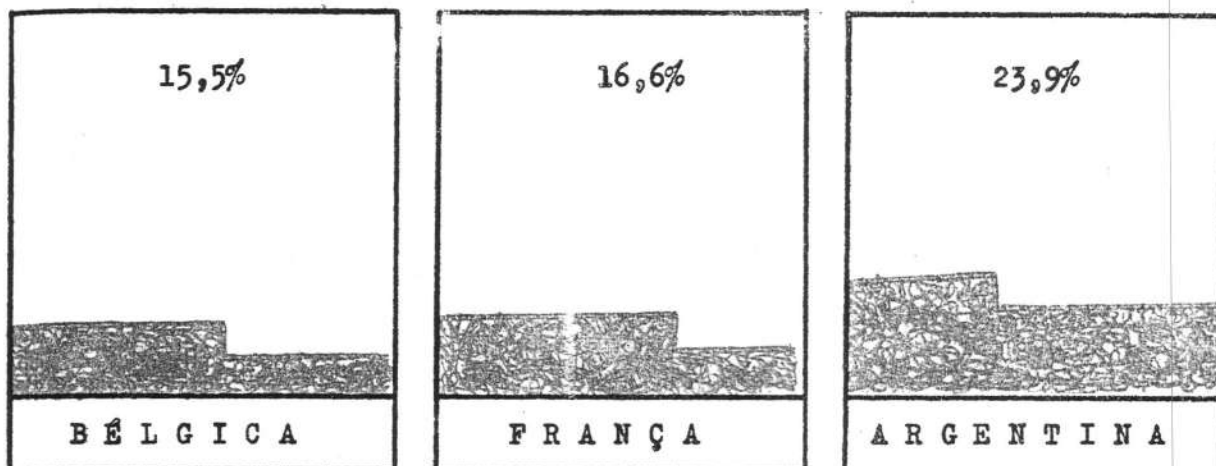
Entre 1950 e 1960 a população cresceu na razão de 3,1% ao ano. Damos a seguir a população geral nestes anos censitários e as estimativas para 1970, 1980 e 2.000 (2).

Milhões de habitantes

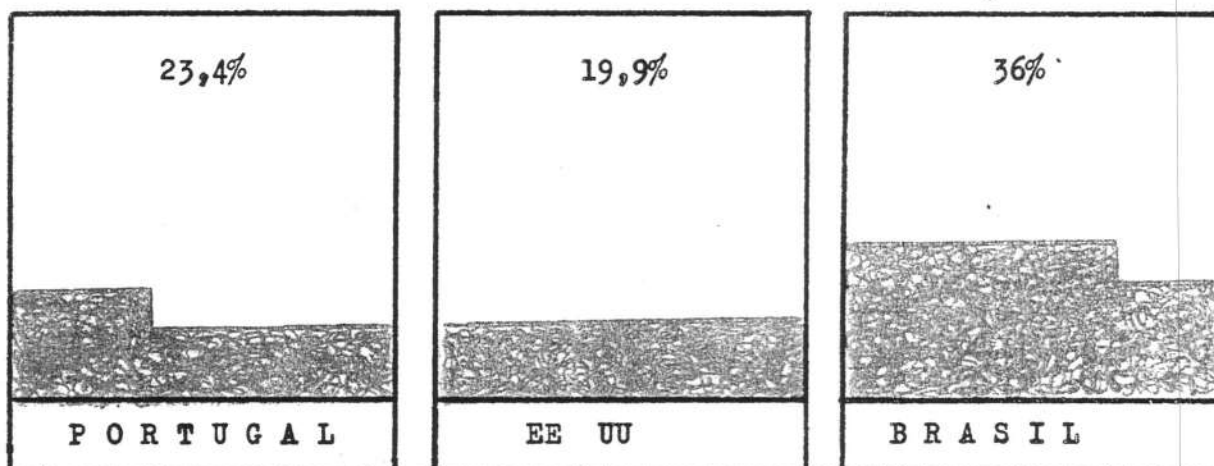


Dentre os problemas suscitados, por êsse rápido crescimento, destacamos os educacionais. Um dos mais graves é a grande proporção de crianças em idade escolar em relação aos adultos em idade ativa que devem prover sua educação. Para que se tenha uma idéia do grau dessa dificuldade, basta lembrar que, no Brasil, a porcentagem de pessoas de 7 a 14, em relação ao grupo de 15 a 64 anos, em 1950, era de 36%.

GRÁFICO COMPARATIVO



Percentagem de pessoas de 7 a 14 anos, em relação às de 15 a 64.



Este gráfico nos mostra que a população em idade ativa no Brasil, tem o encargo de educar um número de crianças relativamente superior ao dos países acima citados, ou, em geral, ao dos países industrialmente desenvolvidos.

Apesar do esforço feito para se ampliar o número de escolas e atender maior número de alunos, muito pouco se tem conseguido. A questão torna-se mais séria diante do compromisso assumido pelo Brasil na reunião de Punta del Este (*) de aumentar a escolaridade para 6 anos, "pois o esforço de reter o aluno por seis anos e dar-lhe educação adequada, durante esse período, envolve problemas extremamente mais complexos que os de oferecer apenas dois ou quatro anos de estudos." Considerando todos esses fatores, o trabalho e os gastos com o ensino serão bem

(*) Esta reunião teve lugar em Punta del Este, Uruguai, de 5 a 17 de agosto de 1961, promovida pela OEA, com a finalidade de fixar bases para a efetivação da política de ajuda da Aliança para o Progresso aos países Latino-Americanos.

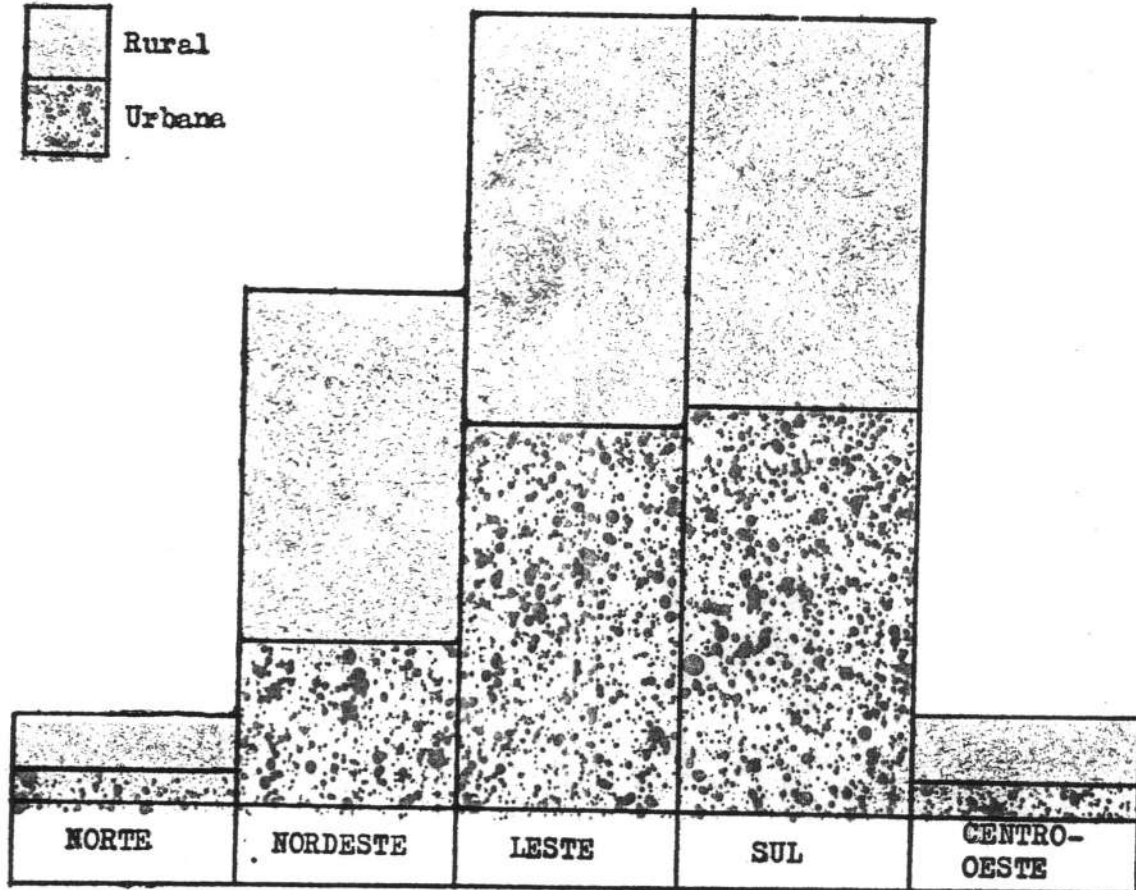
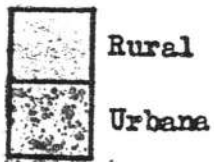
maiores do que vêm sendo, porque a população em idade escolar, ou que ingressará nessa idade, tende a crescer muito mais que a população ativa.

Mas não é somente sob esse aspecto que o crescimento demográfico traz dificuldades para a educação. Outra dificuldade que se tem e se deve enfrentar reside na distribuição dos habitantes entre as zonas rural e urbana.

POPULAÇÃO
RURAL E URBANA
DO BRASIL

Censo de 1960

LEGENDA



(4)

É verdade que a população das grandes cidades cresce proporcionalmente mais que a rural. O fenômeno de progressiva urbanização parece inevitável, mas não é feito de maneira ordenada ou planejada. A população rural, porém, perfaz hoje, no Brasil, mais de 55% do total. Segundo as projeções estatísticas para 1970, ela continuará maior que a população urbana. Sabemos que a população rural constitui um elemento de grande importância na vida de um país. Devido à dispersão geográfica e à falta de meios de comunicação, essas massas rurais estiveram, até então, à margem de toda vida social e política, sem nenhuma participação no poder, ganhando um salário de fome e apresentando um alto índice de analfabetismo.

A grosso modo, podemos dizer que a situação educacional do meio rural, no Brasil, é calamitosa. Quando muito encontramos escolas primárias, cujas instalações são, na quase totalidade, precaríssimas. Paradoxalmente, porém, alguns prédios escolares estão vagos ou nunca foram concluídos, por desvio de verbas ou por falta de professores que queiram lecionar nesse meio, desligado, muitas vezes, completamente da civilização urbana.

CONDICIONANTES ECONÔMICOS

A economia brasileira é uma economia em desenvolvimento: o produto nacional bruto de nosso país tem crescido significativamente. O aumento anual da renda per capita é da ordem de 2,5%. Essa taxa de crescimento é, no entanto, insuficiente. Dada a expansão demográfica, regulando entre 2,7 a 3% ao ano, (5) cria-se uma defasagem entre a oferta de empregos realmente produtivos e o muito maior número de pessoas potencialmente ativas.

Como mostram as estatísticas, "a natalidade tem diminuído apenas lentamente através do tempo - como, aliás, é normal nos países em fase inicial de evolução demográfica como o Brasil - enquanto a mortalidade tem decrescido com rapidez, especialmente nos últimos lustros, ficando cada vez maior a diferença entre as duas taxas, e, portanto, cada vez mais acentuada a velocidade de crescimento da população" (6). Onde a necessidade de se inverter maior capital para a educação, porque só assim poderemos formar e preparar verdadeiramente o grupo daqueles potencialmente ativos, para atender às novas necessidades do país, nesse período de mudanças tão sérias e profundas. No Brasil, grande parte da população não tem oportunidade de participar da dinâmica de seu desenvolvimento. Isto só será conseguido se criarmos novas e variadas formas de trabalho, através de uma educação adequada e que responda a essas necessidades.

Além da insuficiência de investimentos, pelo pequeno capital disponível, a distribuição das inversões não se realiza de modo que se superem as dificuldades. O capital é, muitas vezes, desviado para setores de pouco significado social - como o setor imobiliário - em detrimento de outros mais importantes como a educação, que, a nosso ver, é condição de sobrevivência de um país, de uma sociedade, uma vez que só o homem que recebeu um mínimo de conhecimentos teóricos e práticos pode afirmar-se como pessoa.

Do ponto de vista econômico, a educação compete capacitar o elemento humano, tendo em vista um aumento de produtividade, criando assim possibilidades novas de investimento e assegurando a continuidade e precipitação de um processo de desenvolvimento que beneficie o povo. Os gastos com a educação são, pois, uma das melhores formas de investimento. O nível educacional de um país é de grande importância para seu desenvolvimento econômico.

Com efeito, pode-se dizer que do ponto de vista econômico, a educação se apresenta como investimento rendoso: se eficaz e adaptada, ela cria capacidade de gerar riqueza. Sua importância é tal que, mesmo sem contar o aumento da população ativa e o acúmulo de capital, o progresso técnico que ela possibilita por si só acelera a produção.

A meta do desenvolvimento é a elevação dos níveis de renda. A educação não se destina apenas a contribuir para essa elevação. Há outras considerações, que a definem, de ordem política, social, cultural e religiosa. Daí a dificuldade de conceituar a nossa "produtividade" ideal em educação. O necessário investimento, neste setor, é de difícil cálculo. Se levarmos em conta o desemprego em nosso país, o avanço e a transformação rápida das técnicas no mundo moderno, as inversões deverão estimular a criação de pessoal com grande capacidade de adaptação, mais "flexível" do que especializado. Indispensável, também, é o estudo dos custos reais das inversões em educação e quais os resultados desses investimentos. Dentro desta perspectiva, perguntamos: para que servem as nossas escolas secundárias e superiores? Será que todos que passam pelo curso colegial e pela universidade sentem obrigação de devolver à comunidade, ao país o investimento feito para que eles recebessem esse grau de instrução, que só uns poucos privilegiados conseguem? É para acabar com essa situação injusta que a escola deve ser para todos, para que todos seus financiadores tenham direito de gozar seus benefícios. Mas esse problema não será resolvido apenas dando bolsas aos alunos mais brilhantes que descendem de classes pobres ou não privilegiadas. Se assim fôsse, seria conceber a democratização, apenas, no seu aspecto puramente formal. Faz-se necessário que todos sejam educados e que todos, de acordo com suas aptidões e vocações, recebam uma educação que realmente prepare para enfrentar um país que vive, a cada instante, um processo acelerado de modificações e transformações.

Está constatado que a mão-de-obra não qualificada mas alfabetizada é muito mais produtiva e se adapta muito melhor que a mão-de-obra não qualificada e analfabeta. Daí a necessidade de uma política social realmente popular definir diretrizes para os investimentos em educação, a longo e a curto prazo. Este é um dos aspectos mais importantes do planejamento. O papel da educação no desenvolvimento econômico exerce-se, assim, não só através da difusão de técnicas mas também de atitudes sociais. A qualificação diversa de mão-de-obra que incrementa a produção acrescenta-se a tarefa de criar atitudes favoráveis à democratização e à humanização de nossa economia.

Na conferência da UNESCO sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, em Santiago do Chile, 1962, assinalaram-se as seguintes necessidades:

1. "de aumentar, planejadamente, a educação na América Latina;
2. de integrar êsse planejamento educacional no planejamento sócio-econômico;
3. da vigência de uma política de canalização de maiores recursos financeiros para a educação, inclusive sob a forma de auxílio e empréstimo, no campo internacional, para permitir sejam alcançadas, pelos países latino-americanos, metas mínimas, em prazos previstos"(7).

CONDICIONANTES SOCIAIS

Urge reconhecer os diversos aspectos dessa transformação de estruturas e de valores sociais. Tende a acelerar-se a desintegração de nosso sistema social. Tradicionalmente dualista, nêle um pequeno grupo detinha os benefícios do poder social, político, econômico e educacional, enquanto o resto da população mantinha-se mais à margem do processo social. Junto à pequena "classe aristocrática", criou-se uma classe média muito variada que, em sua maioria, não satisfaz as aspirações a um nível mais alto. Esta classe localiza-se, principalmente, nos maiores centros urbanos. Nestes centros, como vimos, encontram-se também grandes contingentes marginais. Completando o quadro, temos a população rural em sua condição de extrema pobreza.

Importa-nos aqui analisar sumariamente essas estruturas de classe, sua situação atual, sua rigidez e sua mobilidade; as pressões existentes e o sentido dessas transformações. Consideremos primeiro o meio rural e depois o meio urbano.

Meio rural.

Uma estrutura social imóvel, baseada na posse da terra, com estáveis relações de poder de tipo patriarcal, criou, no meio rural, um universo de cultura própria, com alguns valores positivos que as inevitáveis mudanças deverão integrar. Excluídos os proprietários abastados, o grosso da população rural vive ainda em baixo nível alimentar, habitacional, de saúde e educação. O consumo de calorias e proteínas indica uma situação de fome crônica. As condições habitacionais não atendem aos mínimos requisitos de higiene e conforto. Se o combate a certas doenças deu resultados satisfatórios, outras endemias rurais alastram-se espantosamente, colhendo o homem do campo sem defesa. É quase nenhuma a participação no poder político e econômico. A posse da terra lhe é vedada pelos latifundiários (*). O analfabetismo atinge níveis muito elevados. Esta é a situação, considerada estaticamente.

(*) A área territorial dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, em números relativos, é expressa da seguinte maneira: os donos de propriedades de mais de 100 ha representam apenas 16,6% do total do número de proprietários e possuem 85,6% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, enquanto que 83,4% do número de proprietários possuidores de propriedades de menos de 100 ha detêm, em suas mãos, apenas 14,6% da área total. (Antonio Rodrigues Coutinho - Ministério da Agricultura, Contribuição ao Estudo da Estrutura Econômica Agrária Brasileira, segundo o censo de 1950, pág. 20).

Dinamicamente, importantes modificações se fazem sentir. Aponemos algumas causas.

O crescimento da população do campo e a ausência de técnicas e mão-de-obra qualificada que aumentem a produtividade da terra ocasionam uma reação que se apresenta de várias formas. Uma delas é o êxodo para as cidades. Essa mobilidade geográfica, substitutiva da mobilidade vertical, cria comunicações maiores entre o campo e a cidade. As linhas de ônibus e os caminhões, trazendo modificações econômicas, veiculam, também, uma nova mentalidade social e cultural. Os meios de comunicação e de participação começam a integrar, de maneira conflituada embora, o homem do campo na vida nacional. O sistema social rural, baseado na família e nos grupos locais, sofre essas mutações. As exigências de uma nova economia arruinam as relações sociais de tipo patriarcal. As novas formas de organização criam novas formas de controle social e, portanto, novos tipos de liderança. A organização piramidal da comunidade tinha, em geral, no cimo a autoridade religiosa. A exemplo do que aconteceu nas cidades maiores, o campo inicia o processo de diversificação de sua sociedade. Isso deve trazer maior consciência das responsabilidades de cada um e de seus limites.

A assimilação de certos valores transmitidos se faz rapidamente. Reivindicam-se, em nome da democracia, novos níveis de vida, melhores condições de educação. E a grande população jovem é a mais apta a assumir esses valores.

Os valores religiosos, ligados à família patriarcal, sofrem o impacto desses novos canais de transmissão da cultura. Cabe aí, fazendo a passagem para um novo tipo de sociedade, um esforço lúcido para integrar nela esses valores.

Meio urbano.

O desenvolvimento de nossa sociedade reflete-se também nas tensões que ocorrem nas cidades. "Com capitais levantados pela economia rural e com auxílio de capitais estrangeiros, nelas se formaram as novas aristocracias industriais e comerciais, provenientes da própria aristocracia rural e de outras origens". Esta nova elite retém em suas mãos parte do poder político. Por outro lado, setores mais conscientes do operariado, através de seus órgãos de classe, influem no poder, possibilitando o surgimento de novas lideranças, constituídas de membros dos estratos inferiores da sociedade. A Escola tem contribuído, em parte, para isso. Aos poucos se verifica a passagem para um sistema de classes menos rigidamente estratificado, possibilitando uma maior ascensão social. Essas possibilidades de ascensão não são em número suficiente para absorver a pressão dessa classe média que sofre, em parte, os efeitos do processo, havendo uma distância entre suas aspirações de realização econômica, social, educacional e a efetivação das mesmas.

Quanto à população marginal das cidades, ela "representa", de certa forma, o meio rural, principalmente por sua miséria... Não só economicamente, como já vimos, mas também socialmente ela está à margem: desenraizada.

da do seu tradicional universo de cultura, ela não se integra, no entanto, na vida urbana. Desintegram-se os hábitos religiosos e morais. À falta de aptidões técnicas e o baixo nível de instrução obriga-a a empregos ocasionais e mal remunerados. De modo geral pode-se afirmar que os analfabetos que vão para os centros urbanos, a grosso modo, não conseguem ter um nível de vida compatível com a dignidade humana. Segundo estudos já realizados, os migrantes adultos ou adolescentes, vindos do Nordeste para o Sul ou para outras regiões em vias de maior desenvolvimento no país, que têm sucesso são alfabetizados. A maioria, porém, vive em uma total situação de marginalidade. Presente às mudanças sociais urbanas, cria problemas cada vez mais graves. Esta presença, porém, não é passiva: para atestá-lo, estão aí as preocupações-demagógicas ou não-de governos e políticos. A crise de nossa sociedade, tanto no meio rural como no urbano, gera desequilíbrios sociais. Há o deslocamento das antigas relações de poder e surgem necessidades materiais, culturais, educacionais, morais e religiosas a que só a mudança das estruturas atuais poderá responder.

Por outro lado, pode-se dizer que a classe operária ainda não encontrou seu lugar no sistema social urbano, seja por sua relativa marginalidade, seja pelas próprias condições de trabalho impostas pelo sistema capitalista.

Mesmo assim, a tensão entre as camadas populares ou menos desfavorecidas e os grupos que detêm o poder nas mãos, cada dia assume uma atualidade maior e não resta dúvida de que isso marcará profundamente todo esse período de transição em que vivemos e todo o encaminhamento do processo histórico.

O Papa João XXIII chama a atenção para a grande conquista do direito natural e da civilização, "esta gradual ascensão social das classes trabalhadoras". Partindo da reivindicação de seus direitos, diz o Papa: "especialmente de natureza econômica e social, avançaram em seguida os trabalhadores às reivindicações políticas e, finalmente, se empenharam na conquista de bens culturais e morais. Hoje, em toda parte, os trabalhadores exigem, arduamente, não serem tratados como simples objetos, sem entendimento nem liberdade, à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas, em todos os setores da vida social, tanto econômico-social, como no da política e da cultura" (8).

De outra parte, constatamos que há uma estreita relação entre ignorância e pobreza, falta de instrução e baixo nível de produção. Nas regiões onde prevalece uma alta percentagem de analfabetismo, como no Norte e na maior parte do Nordeste, a correlação entre educação e desenvolvimento social se faz sentir de modo muito agudo.

O pior é que a instituição educacional, no Brasil, mesmo nesse período de transição que vivemos, não responde à realidade. É, ainda, de certa forma, rígida e inadequada. Apesar de existir uma lei que determina a descentralização do ensino, os programas e toda a organização escolar estão ainda longe de responder às nossas necessidades. Não se pode negar que há esforços e experiências válidas, mas ainda isolados. Mas

também não se pode negar que a quase totalidade das escolas não prepara seus alunos para viver a sociedade de hoje e muito menos de amanhã. Isso é lamentável, porque, do ponto-de-vista social, a escola deve preparar o homem para que ele se integre nesse tipo de sociedade que se está construindo e para que se torne cada vez mais humana.

Em muitos casos constatamos que nem mesmo a alfabetização que se ministra ao povo é eficaz. A evasão escolar e a regressão da aprendizagem provam-no. No entanto, ela deveria ser um instrumento de integração social. Esse processo de integração social é realizado na medida que o homem se conscientiza. Ou seja, na medida que ele toma consciência de si; consciência do que os outros são, do que poderão ser; consciência de que está situado em um determinado tempo e que participa de uma determinada comunidade. Não é, portanto, uma adequação passiva do homem a um tipo de sociedade já existente, mas uma integração transformadora. Todo trabalho educativo deve levar a isto.

O desenvolvimento social exige, também, que nossa educação se liberte definitivamente da estrutura dualista que nos tem caracterizado. É preciso extinguir de vez a dualidade de sistemas escolares: um para os níveis alto e médio, de maior prestígio social, o outro para as classes menos favorecidas, limitadas às escolas primárias públicas e a um reduzi- do número de escolas vocacionais, com poucas possibilidades de ascensão a níveis mais altos de estudo e de valorização social.

Diante das necessidades atuais, vai-se desintegrando a estruturação acadêmica, que ofereceu e ainda oferece reais privilégios a seus beneficiários, à base de uma falsa formação liberal e classista. Uma outra estruturação deverá substituir essa estruturação acadêmica do ensino, a fim de preparar o homem para a vida em uma sociedade verdadeiramente comunitária. É função da escola contribuir para a harmonia entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

CONDICIONANTES CULTURAIS

No Brasil, o problema de educação para todos tem sido motivo de muitas discussões por parte daqueles que se preocupam com o problema educacional, dentro de uma perspectiva de democratização do ensino. Por democratização do ensino, entende-se, comumente, colocar o ensino realmente ao alcance de todos e adaptar a este objetivo as instituições, as estruturas, os programas, as condições materiais. Isto já seria muito, mas não o suficiente. Faltaria, pode-se dizer, o essencial: o próprio espírito democrático. Com efeito, há como que uma reciprocidade entre uma educação de sentido democrático e uma educação personalista (9). Sem esse espírito democrático, não há verdadeiro respeito à pessoa. Donde se conclui que não se pode aceitar uma educação em que toda e qualquer pessoa não encontre condições para uma autêntica realização.

Até agora "as escolas refletiam o dualismo escolar brasileiro entre os favorecidos e os desfavorecidos. Por isso a escola comum, a escola para todos nunca chegou, entre nós, a caracterizar-se, ou a ser de fato para todos. A escola, de certa forma, no Brasil, ainda existe para uma chama

da elite" (10).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tomando como ponto de partida a Constituição Federal de 1946, determina que todos os brasileiros têm direito à educação. Isto não é suficiente, porque não se mudam estruturas apenas com uma lei, uma vez que a aplicação dessa lei será concretizada, de uma maneira geral, pelos mesmos educadores que vinham antes orientando o sistema educacional brasileiro. É preciso, também e principalmente, mudança completa de mentalidade.

Aparentemente o problema do dualismo escolar, no país, começou a desaparecer quando as camadas populares começaram a frequentar a escola, em busca sobretudo daquela educação decorativa. O gosto pela cultura sancionada pelo título de doutor, característica do tipo de sociedade aristocrática, dominou no Brasil até nossos dias (11).

Nestas condições, a única saída que vemos é que a cultura orientada pelos grupos favorecidos e privilegiados pode criar um certo conformismo, dificultando a verdadeira integração de todas as pessoas e alimentando uma situação injusta.

A sociedade brasileira, até hoje, está formada por grupos culturalmente estratificados. Não forma um todo em que o mesmo significado das elaborações culturais é participado por todos numa mesma proporção. No Brasil todos colaboram na elaboração da cultura, mas nem todos têm tido oportunidade de participar, proporcionalmente, da significação. Isto ainda acontece porque, apesar de termos superado a aristocracia de sangue, não superamos a aristocracia de riqueza, introduzida pela mentalidade liberal burguesa. Neste tipo de aristocracia o homem vale não apenas pelo que ele é, por suas qualidades, mas pelo poder econômico. (*). O que precisamos fazer é lutar por um tipo de sociedade em que se aproveita a contribuição de todos. Uma sociedade cujos dirigentes sejam escolhidos por suas qualidades e não por seus bens materiais ou pelo poder econômico.

Se conseguirmos vencer este tipo de aristocracia, se conseguirmos instaurar uma sociedade em que o que predomina é o princípio de realização, teremos a passagem de uma civilização de riqueza para uma civilização do trabalho. "Uma civilização em que a afirmação da pessoa e sua expansão na sociedade encontram condições privilegiadas de autêntica realização". (12) "Uma civilização na qual se dão condições para a afirmação direta da pessoa" (13).

Por outro lado, se a cultura é afirmação do homem como sujeito da História, afirmação do homem diante da natureza transcendendo-a e transformando-a, então ela, como presença do homem no mundo e elemento de ligação dos homens entre si, tem que ser vivida por todos. No Brasil, temos que trabalhar para que todos os homens não só participem na elaboração de uma mesma cultura, mas também no seu significado. O trabalho educativo autêntico deveria levar à integração de todos os membros de uma sociedade em uma só cultura.

(*) Ver, a esse respeito, Karl Mannheim, O Homem e a Sociedade, Zahar Editores, Rio, 1962, págs. 98-103.

1. A educação é uma exigência fundamental e um direito de todos. Não é um bem acessório mas uma exigência, para que o homem viva dignamente e se realize plenamente como pessoa. Ora, é nesse sentido que a educação é uma necessidade primeira no Brasil. Ela tem prioridade. Prioridade conferida pela sua própria natureza. Deverá ser realizada ao lado de outras iniciativas, de outras reformas, mas merece e precisa uma especial atenção.

2. A educação, como processo global, não pode limitar-se à instrução, dissociando-a de seu aspecto de trabalho, que implica em ação aperfeiçoadora, não só por parte do educador, mas também por parte do educando. É formação na ação, ajudando o homem a promover-se. A educação deve levar a uma autopromoção comunitária. No contato com outros homens, no diálogo, o homem se descobre e se integra em seu meio social.

3. A educação, quer seja para o homem do campo ou da cidade, deve possibilitar a êle tomar consciência do que é, do que os outros são e do que poderão ser. Deve dar condições para que êle aja, consciente e livremente. Educar não é popularizar uma cultura. É muito mais que isso. Educar é dar a todos os homens e a cada homem a consciência de suas potencialidades, de sua capacidade criadora (14). Reconhecemos aqui o valor e a importância do trabalho do MEB "enquanto procura utilizar todos os processos autênticos de conscientização e quer contribuir para o desenvolvimento do povo, numa perspectiva de autopromoção comunitária".

4. No tocante ao problema educacional, é importante não apenas levar em consideração os diversos condicionantes da educação, mas fazer-se um planejamento da política educacional, levando-se em conta o homem que vive neste Universo, Universo que só êle pode transformar. Só uma sociedade que aproveite a contribuição de todos, estruturando-se comunitariamente, pode superar qualquer visão aristocrática.

5. Para resolver o problema educacional, no Brasil, é preciso um plano que explicita objetivos e metas, recursos técnicos e financeiros. Mas será que isso é o suficiente? Acharmos que não, pois, acontecerá o que está acontecendo em alguns Estados: não sabem como aplicar os recursos recebidos do Plano Trienal de Educação. Apenas com planos e recursos, sem técnicos e administradores capazes, quase nada se consegue. Pode haver uma dispersão de verbas para setores não prioritários, não atendendo do realmente aos aspectos mais importantes e não fazendo trabalho que leve a uma verdadeira mudança de situação.

Viajando pelo Brasil, sentimos que muitas pessoas que estão dirigindo certos órgãos educacionais não foram preparadas e não estão capacitadas para tais funções. Infelizmente, os cargos técnicos são, também, cargos políticos, o que é lamentável.

REFERÊNCIAS

1. Plano Trienal de Educação, 1963-1965, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1963, pág. 12.
2. Arthur Hehl Neiva - Condicionamentos demográficos da realidade brasileira, Rev. Síntese Política, Econômica, Social - nº 14, abril-junho, 1962, pág. 40.
3. Relatório Brasileiro para Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, Santiago do Chile, 5-19 de março de 1962, pág. 7.
4. Sinopse preliminar do Censo Demográfico, IBGE, 1960.
5. Relatório Brasileiro... pág. 18.
6. Alceu Vicente W. de Carvalho, A População Brasileira - Estudo e Interpretação, IBGE, 1960, pág. 22.
7. Jayme Abreu, Educação e Desenvolvimento Sócioeconômico na América Latina - Expressão de uma Conferência, Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos nº 86, abril-junho de 1962, pág. 18.
8. João XXIII, Pacem in Terris, Doc. Pont. nº 141, Editora Vozes, Petrópolis, 1960, § 40, pág. 13.
9. Jacques Natanson, Les exigences de la démocratisation, Esprit, setembro, 1962, págs. 241-243.
10. Anísio Teixeira, Educação não é privilégio, Livraria José Olímpio, 1957, pág. 38.
11. Jacques Lambert, Os dois Brasis, INEP, 1959, pág. 208.
12. Pe. Henrique C. de Lima Vaz, S.J. - A Grande Mensagem de S.S. João XXIII, Rev. Síntese Política, Econômica, Social, nº 18, abril-junho 1963, pág. 32.
13. Pe. Henrique C. de Lima Vaz, S.J. - idem, citando João XXIII, Mater et Magistra, § 104.
14. Paulo de Tarso, Educação para o Desenvolvimento, Cultura para a Libertação, Discurso pronunciado na III Reunião Interamericana de Ministros de Educação, Bogotá, agosto de 1963, pág. 11.